

Prefeito de Altamira é preso por porte ilegal de arma em operação da PF

Somente na residência do atual prefeito e na prefeitura foi apreendido o valor de R\$ 726.044,00, além de um mil dólares, pequenas quantidades de ouro.

Domingos Juvenil foi preso em flagrante pela posse irregular de arma de fogo e posse de ouro sem registro

O Ministério Público do Estado (MPPA), por meio da Promotoria de Justiça de Altamira e a Polícia Federal (PF) deflagraram na manhã desta quarta (25), a Operação Prenúncio, destinada a combater fraudes em licitações realizadas pelo executivo municipal, que causaram um dano estimado ao erário superior a R\$ 11 milhões. O atual prefeito Domingos Juvenil, entre outros agentes públicos, e os sócios da empresa Arapujá Construções e Serviços Ltda estão entre os investigados.

A operação, coordenada pela Promotoria de Justiça de Altamira, contou com a participação dos promotores de Justiça Daniel Bona, Juliana Félix, Lívia Mileo, Luciano Augusto, Daniel Azevedo e David Pinheiro.

Foram cumpridos pelos integrantes do MPPA e PF sete mandados de busca e apreensão: no prédio da prefeitura, residências de suspeitos e da empresa Arapujá. As investigações começaram em 2018 e apuram possíveis superfaturamentos dos serviços e direcionamento das licitações de obras para uma única empresa.

As buscas e apreensões foram requeridas na ação civil pública do MPPA ajuizada em outubro deste ano contra o prefeito Domingos Juvenil e outros envolvidos, por eventual ato de improbidade administrativa ocorrido no âmbito das licitações, contratações e pagamentos realizados em benefício da empresa Arapujá por parte do Município de Altamira. A Justiça atendeu

o pedido da Promotoria e determinou as diligências.



Foto: Reprodução

Foram apreendidos na prefeitura, residências de envolvidos e sede da empresa documentos, computadores e valores em dinheiro. Somente na residência do atual prefeito e na prefeitura foi apreendido o valor de R\$ 726.044,00, além de um mil dólares, pequenas quantidades de ouro, além de arma de fogo.

Durante a operação o prefeito Domingos Juvenil foi preso em flagrante pela posse irregular de arma de fogo e posse de ouro sem registro. Todo o material apreendido foi encaminhado a sede da Polícia Federal de Altamira.

Na mesma ação foram requeridas a indisponibilidade dos bens e a quebra dos sigilos bancário e fiscal dos envolvidos no esquema de desvio de recursos públicos. Em relação ao prefeito Domingos Juvenil, foi requerido o bloqueio de todos os bens declarados à Justiça Eleitoral no ano de 2016.

Segundo apurado pelo MPPA, há 20 anos a empresa Arapujá Ltda, aparentemente, só presta serviços para a municipalidade, sempre nos mandatos de Domingos Juvenil, de tal forma que a história da empresa confunde-se com o próprio histórico de mandatos do atual prefeito à frente do executivo.

A investigação não encontrou registros ART de prestação de obras ou serviços pela empresa a nenhum outro tomador. A Arapujá também nunca juntou aos certames licitatórios analisados, recheados de flagrantes ilicitudes, nenhum atestado de capacitação assinado por outra pessoa, física ou jurídica, senão a própria Prefeitura de Altamira.



Foto: Reprodução

O núcleo contábil do Ministério Público do Estado constatou, mediante a análise de sistemas e dos documentos enviados pela Prefeitura Municipal, que já houve, em valores atualizados, o pagamento de R\$11.019.115,83 para a empresa Arapujá nos últimos seis anos, sendo que, há provas de que nem um centavo foi repassado de forma lícita.

“Trata-se de grandioso desvio de verbas públicas praticado, como já demonstrado, há cerca de 20 anos. Contudo, a investigação não conseguiu, pelo decurso do tempo, alcançar datas tão remotas, de modo que este valor é apenas o referente às quatro licitações investigadas, retroativas ao ano de 2014”, explica na ação civil o promotor de Justiça Danile Bona.

O requerimento de liminar pelo MPPA para deferimento de indisponibilidade dos bens visa garantir o ressarcimento dos prejuízos causados aos cofres públicos, decorrentes das licitações fraudulentas e dos contratos administrativos nulos daí decorrentes, no valor de R\$33.057.347,40.

Esse valor é para garantir a devolução do prejuízo ao erário, que soma R\$11.019.115,83, como o valor de eventual multa civil aplicada, cujo montante pode alcançar a quantia de R\$22.038.231,60, correspondente ao dobro do prejuízo ao erário já constatado no procedimento que justificou o ajuizamento da ação civil pública no último dia 28 de outubro.

Na ação o MPPA pede também a condenação dos agentes públicos e sócios da empresa às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, como perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

Foto: Reprodução

Fonte: MPPA

Atualizado em: 27 de Novembro de 2020 às 08:35:53.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

<http://www.folhadoprogresso.com.br/procon-alerta-consumidor-sobre-compras-online-na-black-friday/>

Polícia Federal cumpre mandados de busca e apreensão no âmbito das investigações do “Dia do Fogo”

(Fotos Divulgação) – Ação faz parte do esforço dos órgãos federais (Operação Verde Brasil) e visa recolher novas provas e elementos que auxiliem nas investigações de possíveis crimes ambientais praticados no Pará

Belém/PA – A Polícia Federal deflagrou, nesta terça feira

22/10, na cidade de Novo Progresso /PA, a Operação “Pacto de Fogo” que visa colher novas provas em investigação que apura associação criminosa suspeita de praticar crimes ambientais em reservas e Unidade de Conservação Federais na Amazônia.

Foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão em residências e estabelecimentos ligados aos suspeitos com o intuito de obter novos elementos de informação sobre os crimes em apuração.

Leia mais: [Dia do Fogo- Produtores planejam data para queimada na região](#)

As investigações tiveram início a partir da divulgação, pela imprensa nacional, de que fazendeiros e produtores rurais da região de Novo Progresso teriam combinado a execução do chamado [“Dia do Fogo”](#). Segundo estes órgãos de imprensa, em 10 de agosto de 2019 seriam iniciados incêndios em diversas localidades, inclusive Unidades de Conservação Federais na região.

A operação recebeu o nome ante a divulgação pela imprensa local e nacional de que diversas pessoas teriam combinado, em grupos de aplicativos de mensagem, a data para as ações criminosas.

Fonte: Comunicação Social da PF

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: WWW.folhadoprogresso.com.br E-mail: folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br e/ou e-mail:

adeciopiran_12345@hotmail.com

<http://www.folhadoprogresso.com.br/contagem-regressiva-enem-2019-dentro-de-duas-semanas-comecam-as-provas-do-exame/>